

A INFLAÇÃO NO BRASIL: OS ANOS TENEBROSOS DE 1974 A 1994

José da Silveira Filho¹

RESUMO

Este artigo exhibe estudo preliminar de forma sucinta e simples sobre a inflação brasileira. Busca elementos de universalidade na manifestação do fenômeno, aponta sua evolução histórica, coloca as possíveis consequências para a sociedade e realiza breves incursões sobre suas causas mais imediatas e perceptíveis. De modo algum propõe uma elucidação em sua maior plenitude, porém sugere um conjunto teórico de clareza e coerência a quem busca um primeiro entendimento deste intrigante tema tantas vezes perseguido mas obscura e truncadamente explicado mesmo em caráter iniciante.

Palavras-Chave: Inflação; Causas; Consequências.

ABSTRACT

This article exhibits preliminary study in a simple and concise way on brazilian inflation. It seeks for universal elements in the manifestation of this phenomenon, appoints its historic evolution, puts its possible consequences to the society and realizes brief incursions on its more immediate and perceptible causes. In no way suggests an clarification more profound, but it offers a set of theoretical clarity and consistency to anyone who looks for a first understanding of this intriguing theme in so many times persecuted but explicated in obscure and truncated form even as a beginner.

Key words: Inflation; Causes; Consequences.

INTRODUÇÃO

Dentre os tantos temas relevantes disseminados pela economia, já merecedor de desvelados estudos, e outra vez aqui revisitado é a inflação. Sua especialidade reside no fato de afetar indistintamente todas as pessoas, de todas as classes sociais. Apenas diferem os graus em quanto padecerão de seus efeitos e quem suportará o fardo desse processo social. Trata-se de fenômeno produzido pela ação conjunta humana e será compreendido dentro de um enfoque científico, o que significa buscar o que lhe determina o movimento, portanto, a razão condutora do seu existir, captado nestas linhas sob forma teórica, com o propósito de ligar a manifestação de seu efeito a sua mais imediata causa. Quem sabe se consigam pinçar elementos nesse estudo que demarquem o caráter universal e a essência do comportamento inflacionário. Destina-se esta escrita aqueles que procuram entendimento preliminar para depois, se for da vontade, aprofundarem estas lides a fim de se encontrarem novos desdobramentos e influências ora não identificadas.

¹ Economista. Graduado pela Universidade Federal do Paraná. Especialista e Mestre pela mesma Instituição. Professor das disciplinas de Economia Brasileira Contemporânea e Contabilidade Social das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. C-eletrônico: caju10@onda.com.br.

O ponto de largada está em extrair definição simples e esclarecedora, obtida de qualquer bom manual introdutório de economia. Seria algo bem parecido com isso:

“A inflação se caracteriza por alta generalizada e persistente dos preços da economia.”

Ao primeiro olhar é isso o que reluz à retina. Os preços, de modo geral, estão em marcha de alta. O aspecto melindroso está em explicar as repercussões e a causa de ocorrer esse fenômeno. Por tais motivos, será breve estudo, exposto em seções para facilitar a compreensão. A primeira aborda as consequências dessa alta dos preços na existência dos trabalhadores assalariados, a maioria esmagadora da população e, em seguida, ao capital, personificado na figura da empresa, que oculta por trás seus proprietários ou administradores executivos de mais elevado escalão. A segunda apresenta as metodologias que intencionam medir os preços em ascensão. A terceira o comportamento histórico no caso brasileiro da inflação em seu período tenebroso. A quarta o padecimento do salário mínimo, componente principal da base da pirâmide de rendimentos dos trabalhadores. A quinta e derradeira as causas capazes de definir o emergir da inflação à superfície junto com a ameaça que, a depender da intensidade, pode representar para a sociedade.

1 REPERCUSSÕES

A repercussão da inflação depende de seu ponto de partida. Conforme a mercadoria de origem surge a possibilidade de generalização. Do contrário, morre em si mesmo. Não se torna inflação, somente alta episódica e pontual em dada mercadoria cuja elevação de preço acaba por retroceder sem maior efeito. O fenômeno inflacionário aparece em sua faculdade de se generalizar. Por se espalhar, como metástase pelo organismo econômico. Todos os preços são afligidos por se intercomunicarem uns com os outros. Se o preço do aço se eleva, há uma propagação para todas as mercadorias que utilizam este bem intermediário em sua produção. A chapa de aço aumenta de preço na ponta da siderurgia, corre se propagar até o preço da lavadora de roupa, da geladeira, do automóvel, do caminhão, do ônibus, do trator, do garfo, da tesoura, do fogão, da faca... como numa cadeia de interligações em vários sentidos. Os preços desses produtos industriais tendem a crescer na proporção do peso que o bem intermediário ocupa na produção. No caso de automóveis, o aço ocupa em média 70% da fabricação do produto. O impacto é digno de nota. Há outros exemplos, como o petróleo, matéria-prima fundamental em diversas indústrias e no transporte; os fertilizantes, na agricultura; enfim, aqueles bens que detêm poder de influência pela importância que portam em si por se refletirem com muito peso numa diversidade de enlaçamentos produtivos.

A inflação aflora finalmente. No hipotético exemplo do aço, o preço do ônibus segue a se elevar e a empresa de transporte que necessita comprar o produto terá de repassar o novo custo ao preço da tarifa de transporte a ser paga pelos passageiros usuários. A empresa resolve temporariamente o problema com a elevação de preço. Transferiu o novo custo ao preço sem sacrifício do lucro, que lhe determina a sobrevivência no âmbito do mercado.

No outro lado, no extremo do consumo, o passageiro trabalhador não possui alternativas como repassar esta majoração. Ele necessita do transporte coletivo e se obriga a pagar se quiser se locomover sem demora para o trabalho. Como o salário não consegue de imediato acompanhar a elevação súbita de preço, a inflação termina no seu lugar mais frágil. Neste aspecto reside uma faceta essencial da inflação, a impossibilidade dos salários eliminarem a defasagem em média no mesmo intervalo de tempo em relação aos demais preços que ingressam em alta. Caso os salários conseguissem recomposição de valor ao mesmo tempo em que os preços subissem, a inflação nem existiria. Como não é assim, somente num determinado período do ano, haverá a oportunidade de recuperar as perdas, anulando os aumentos. São as épocas de dissídio coletivo, o que depende do poder de barganha sindical, quando se confrontam o sindicato patronal versus o dos trabalhadores. Até lá, os trabalhadores transferiram parte da renda de seu trabalho para cobrir o aumento de preços para a autoproteção do

capital. E terão de amargar uma redução em seu poder de compra. Não se pode esquecer que o salário é também um preço. É o preço que o empregador capitalista paga para utilizar durante a jornada de trabalho a capacidade produtiva de alguém com a maior eficiência possível. Senão o capital não cumpre sua função. Seria qualquer coisa, menos capital. Para ser capital, ele precisa se valorizar, acumular, crescer e é preciso alguém, algum este especial, para concretizar na prática tal objetivo. É a força de trabalho. Sozinhas as máquinas não se movem, um prego não se crava nas paredes. Se as máquinas valem 2 milhões, é uma fração deste valor que é transferida por igual ao se repartir entre as mercadorias produzidas no intuito de recuperar o capital investido. No caso dos trabalhadores, eles valem 1 milhão, mas tem de produzir valores muito maiores do que valem em salários e encargos sociais. Deverão produzir 5, 10, 20 milhões, valor que depende do avanço técnico da empresa. O princípio é um só: produzir valor muito acima do que valem. Eis o segredo da acumulação. Somente no mágico desenho animado dos Jetson's as máquinas operavam por si próprias e mesmo assim requeria algum personagem que viesse apertar o botão para ligar os engenhos que todas as tarefas executavam.

O quadro abaixo é uma ilustração em números da inflação. Todo o salário nominal de \$1.000,00 é convertido em farinha de trigo, cujo preço por quilo é de \$2,00. No ano zero, o salário nominal compra 500 quilos de farinha de trigo. Este é o marco de seu poder aquisitivo. Do ano 1 até o ano 3, a inflação se manifesta. O salário nominal permanece sempre igual. Em contrapartida, a quantidade de farinha de trigo convertida cai sistematicamente a cada ano da mesma forma que o salário real. No passar da régua, o salário real perdeu 61,90% de seu poder aquisitivo inicial, valendo apenas \$380,95 e comprando somente 190,48 quilos de farinha de trigo. No ano 4, o salário nominal é reajustado para restaurar seu poder de compra perdido. Voltou a adquirir os mesmos 500 quilos de farinha ao mesmo valor real antigo de \$1.000,00. A conservação do capital obriga a recompor o poder de compra exaurido do salário nominal para a empresa encontrar alguém para quem vender. O fluxo de consumo/produção, produção/consumo se restabelece e ganha solução de continuidade pelo menos para permanecer idêntico ao que era. É o mínimo aceitável para evitar o colapso do sistema.

QUADRO 1 – INFLAÇÃO E PODER AQUISITIVO

Ano	Sal Nom \$	Preço \$	Inflação %	Qtd Kg	Sal Real \$	Perda Real %	NI*
0	1.000,00	2,00	0,00	500,00	1.000,00	0,00	100,00
1	1.000,00	2,50	25,00	400,00	800,00	-20,00	80,00
2	1.000,00	3,50	40,00	285,71	571,43	-42,86	57,14
3	1.000,00	5,25	50,00	190,48	380,95	-61,90	38,10
4	2.625,00	5,25	0,00	500,00	1.000,00	0,00	100,00

Elaboração do autor

*NI: números índices

2 METODOLOGIA DE MENSURAÇÃO

A inflação requisita ser mensurada para avaliar sua magnitude e presumível potencial ameaçador para a sociedade. Surgem então os indicadores de preços, elaborados pelos organismos de pesquisa estatística credenciados, a servir como autênticos termômetros sociais. Carregam consigo as respectivas metodologias capazes de estimar o objeto em focalização segundo certo ângulo em perspectiva. O método traduz o olhar de abordagem do estudo em pauta. Ele leva em conta os critérios a serem seguidos de tal forma a se chegar à mensuração pretendida. Nenhuma metodologia é superior, melhor ou pior, mais certa ou errada, do que a outra. Constituem apenas pontos de visão distintos entre si que, na verdade, devem se complementar. Quem observa uma paisagem, pode contemplá-la de diversos ângulos. De cada um deles, certos aspectos serão melhor observados e outros menos ou até omitidos. Assim são os métodos. A visão deles em conjunto é que permite a melhor avaliação possível, com seus prós e contras.

Os dois principais medidores de inflação são o Índice Geral de Preços (IGP) e o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), ambos estimados pela Fundação Getúlio Vargas. A área geográfica corresponde a Rio e São Paulo, as duas maiores e mais populosas metrópoles e capitais brasileiras, concentradoras de mais da metade das indústrias. É como se dirigir ao centro vibrante do capitalismo donde pulsa sua vitalidade, contradições sociais e energia expansiva. O que ali ocorre serve como lente de aumento do que venha transcorrer em grau atenuado em outros locais de estilo de viver menos trepidante. Estes dois índices são ao mesmo tempo os mais abrangentes e antigos, portanto, fornecem as séries históricas mais alongadas, que admitem exames de longo prazo. IGP e IPC começaram sua trajetória estimativa em 1944 e, melhor ainda, nunca trocaram sua metodologia. Por conseguinte, há uma coerência na utilização destas séries históricas que imprimem maior seguridade ao estudo. Uma mudança de método, conforme a alteração em seu conteúdo, acaba por introduzir outro estimador diferente do que era originalmente.

O IGP resulta de uma composição de preços. Participam os preços no atacado com peso de 60%, preços no varejo com 30% e preços da construção civil 10%. Como a parte mais substancial provém do atacado, este estimador é bem relevante para diagnosticar a inflação em especial defrontada pelas empresas. São elas as grandes compradoras no atacado. Trabalhadores assalariados compram no varejo, embora o peso maior deste índice assente sobre preços no atacado. E, como último critério metodológico, insurge a abrangência de 1 a 33 salários mínimos, portanto um leque extenso que envolve rendimentos do trabalho muito díspares, posto que a maioria da população trabalhadora percebe até a faixa de 3 salários mínimos.

O IPC mostra a alteração dos preços no varejo, no entanto exposto em separado do IGP e sequaz da mesma abrangência salarial. Este índice vai ressoar mais de perto as dificuldades da classe trabalhadora assalariada em seu subsistir diário não obstante possa aparecer alguma distorção em virtude da vasta amplitude salarial de 1 a 33 salários mínimos que extrapola os ganhos da maioria dos trabalhadores, enfeixados, como supracitado, até 3 salários mínimos.

3 COMPORTAMENTO HISTÓRICO

O período histórico escolhido medeia os anos de 1974 a 1994. O período de inflação brasileira de maior saliência afluem para estes 21 tenebrosos e difíceis anos. Os adultos naqueles idos viram-na disparar. Assumir proporções assombrosas que admitiam a impressão de ser algo indetível. Parecia um cone invertido com a base para cima em que cada círculo completado era mais largo do que o anterior parecendo não ter fim. Quem sabe um ciclone fosse a melhor imagem e ao invés de ar seriam preços em deslocamento circular acelerado. Sucederam nesses embates para conter os preços 7 planos de estabilização, numa coleção de fracassos em série: Plano Cruzado I, Plano Cruzado II, Plano Bresser, Plano Feijão com Arroz, Plano Verão, Plano Collor I e Plano Collor II. E nem se enumeram aqui os ministros de Fazenda e Planejamento que mal esquentaram a cadeira das pastas ocupadas. O que ficou de educativo foram as lições aprendidas que se prestaram para formular um plano existoso contra a espiral ascendente dos preços, o Plano Real. Se a economia brasileira tivesse de crescer para voltar a gerar emprego teriam de estabilizar os preços como condição prévia inescapável. Nas próximas linhas, há de se investigar o tamanho alcançado pela inflação e suas consequências para trabalhadores e empresas.

Agora segue o Quadro 2. Ele evidencia a forte aceleração em particular dos preços no atacado ano a ano e o acumulado inflacionário surrealista em 21 anos de 145,089 trilhões por cento. Por ilustração, quer dizer, se em 31 de dezembro de 1973, uma passagem de ônibus era adquirida por 1 cruzeiro novo, passado 1 ano, ela alcançava o preço de 34,54 cruzeiros novos, em 31 de dezembro de 1974. Ao término de 21 anos, a tarifa saltava para 145,089 trilhões de cruzeiros novos, em 31 de dezembro de 1994. Nesses dois decênios, houve corte de nove zeros e uma divisão por 2.750 quando

entrou a última moeda, o real. Esses cortes e as seis trocas de nome monetário impediram de emergir à tona esse alucinado preço de 145,089 trilhões por única tarifa de transporte coletivo. Convertido na moeda sonante em 1994, a tarifa valeria 52,76 reais. Não se contabilizou nesse cálculo nenhum subsídio concedido muito menos os avanços da produtividade que tornariam o preço da tarifa mais barato.

QUADRO 2 – INFLAÇÃO ANUAL E ACUMULADA

	IGP % anual	IGP % acumulado		IGP % anual	IGP % acumulado
1974	34,54	34,54	1984	223,81	72.668,57
1975	29,34	74,02	1985	235,13	243.769,32
1976	46,26	154,52	1986	65,04	402.381,93
1977	38,84	253,38	1987	415,87	2.076.183,51
1978	40,72	397,29	1988	1.037,53	23.618.247,86
1979	77,29	781,67	1989	1.782,85	444.697.962,70
1980	110,25	1.753,71	1990	1.476,71	7.011.598.724,43
1981	95,20	3.518,44	1991	480,17	40.679.192.799,72
1982	99,71	7.126,39	1992	1.157,84	511.679.159.869,81
1983	210,98	22.372,61	1993	2.708,39	14.369.946.360.576,00
1984	223,81	72.668,57	1994	909,67	145.089.037.419.738,00

FONTE: http://www.portalbrasil.net/igp_seriehistorica.htm.

Elaboração do Autor

O Quadro 3 consiste mais um reforço do anterior. Modifica apenas um pouco a metodologia. Lida-se agora com os preços no varejo, padecidos pelas famílias de classe trabalhadora. Pelo contrário, os preços varejistas foram ligeiramente menos afetados do que os atacadistas. A inflação corroeu “menos” a renda dos trabalhadores do que propriamente o faturamento das empresas na maior parte dos anos. No entanto, o acumulado final é pouco maior. Atinge 155,293 trilhões por cento ao final de 21 anos. Aqui a tarifa de ônibus seria de 56,47 reais ao término de 1994 por causa da inflação mais encorpada nos dois últimos anos. Consegue-se afirmar que há um acompanhamento em paralelo entre os preços no atacado e no varejo com superioridade dos primeiros.

QUADRO 3 – INFLAÇÃO ANUAL E ACUMULADA

	IPC % anual	IPC % acumulado		IPC % anual	IPC % acumulado
1974	33,87	33,87	1984	208,70	57.155,89
1975	31,21	75,65	1985	248,55	199.465,40
1976	44,83	154,40	1986	63,52	326.229,34
1977	43,06	263,94	1987	432,31	1.736.983,71
1978	38,16	402,82	1988	1.006,42	19.219.341,53
1979	75,96	784,76	1989	1.759,56	357.396.946,98
1980	86,35	1.548,74	1990	1.657,70	6.281.967.794,85
1981	100,60	3.207,38	1991	495,92	37.435.502.978,98
1982	101,81	6.574,62	1992	1.187,52	481.989.589.142,44
1983	177,88	18.447,42	1993	2.850,21	14.219.705.060.689,30
1984	208,70	57.155,89	1994	992,10	155.293.398.968.780,00

FONTE: http://www.portalbrasil.net/ipc_di.htm.

Elaboração do autor

O Quadro 4 traça um elo entre as lógicas de comportamento do IGP e IPC. Os preços atacadistas ganharam dos varejistas por 17 anos. Se fosse pelo desejo das empresas em preservar o capital estes preços superiores teriam sido repassados por inteiro ao varejo para serem pagos pelas famílias trabalhadoras. Entretanto, a inflação era tão gigantesca que tornou esta transição provavelmente tanto

impossível quanto perigosa. Nem sempre é factível esse movimento de repasse. As vendas se apresentariam como obstáculos talvez intransponíveis. Tornaria o convívio com os preços ainda mais insuportável de parte dos trabalhadores. As empresas não tiveram outra saída senão absorver esta diferença a maior principalmente entre 1983 e 1990. A compensação adveio com certeza das aplicações financeiras durante esse período. Nos demais, em que houve repasse, as aplicações também existiram entretanto com maior efetividade de resultado. O que se absorveu de custos, refreando um pouco a inflação, dirigiu-se para os ganhos especulativos como forma de compensação de perdas fatais. As empresas que não conseguiram esta escapatória devem ter por hipótese, ingressado em falência, fechado as portas, arrastando consigo o emprego. O departamento financeiro de aplicações se ostentava mais importante do que propriamente o comercial. Em outras palavras, acabar com a inflação ficava cada vez mais inadiável.

QUADRO 4 – IGP x IPC: PERDAS E GANHOS*

	Perda/Ganho%		Perda/Ganho %
1974	0,50	1984	27,09
1975	-0,94	1985	22,20
1976	0,05	1986	23,34
1977	-2,99	1987	19,53
1978	-1,11	1988	22,89
1979	-0,35	1989	24,43
1980	12,43	1990	11,61
1981	9,41	1991	8,66
1982	8,27	1992	6,16
1983	21,16	1993	1,06
1984	27,09	1994	-7,03

FONTE: http://www.portalbrasil.net/igp_seriehistorica.htm
http://www.portalbrasil.net/ipc_di.htm.

Acesso em: 7. abr. 2011.

*Elaboração do autor.

4 COMPORTAMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO

O salário mínimo assume especial significado por delimitar um piso ao consumo da massa trabalhadora de mercadorias e serviços a serem vendidos pela indústria. Desde quando surgiu em 1936, cumpria a finalidade de atender às necessidades básicas dos trabalhadores por alimentação, vestuário, habitação, higiene e transporte. E no princípio foi verdadeiramente isto. Supria um elenco de carências essenciais, consentâneo com o momento histórico. Descortinava a possibilidade de assegurar a acumulação capitalista num patamar mais elevado para garantir condições de existência mais civilizadas. Foi providência tão contrariante ao senso comum que teve de ser colocada por força de decreto-lei, em plena ditadura civil, dado que o pensamento dominante fazia prevalecer a visão liberal, principalmente no que tange aos rendimentos dos trabalhadores. Eles deveriam se entender livremente e como pudessem com seus patrões. Este entendimento não obedeceria qualquer regulação que sujeitasse à obediência e os trabalhadores estariam presos às vicissitudes dos movimentos do mercado e da vontade patronal em sua busca de rentabilidade. Era preciso quebrar com esta precariedade de condições. Nesse período, a economia era em sua hegemonia exercida pela agricultura de exportação cujos movimentos de ascensão e declínio se propagavam à dinâmica da indústria como uma correia de transmissão. Se as exportações agrícolas encontrassem bons preços a indústria também se beneficiaria pela renda maior em circulação. Com a crise de 29 e a consequente Revolução de 30, vislumbra-se novo horizonte que apontava no rumo da indústria como resposta ao marasmo experimentado pela agricultura de exportação em especial a cafeeira por ser a principal e em crise avassaladora. Contudo, para perseguir este novo caminho havia a urgência do apoio das massas trabalhadoras ao projeto

industrializante. A fixação do salário mínimo atenderia a estes propósitos simultâneos de sustentação política do Governo e garantia econômica de ratificação ao consumo da produção industrial pela classe trabalhadora. O salário mínimo indicia outro tipo de capitalismo para as próximas décadas, munido de organização e planejamento.

Do princípio do salário mínimo, em 1936, será perpetrado um salto para o período em estudo, de 1974 a 1994. A orientação fixada pelo salário mínimo permanece como era ao ser instituído. No entanto, não escapou da deterioração no decorrer dos anos. O capitalismo, mesmo calcado sobre a exploração da força de trabalho, requer um padrão mínimo de consumo a fim de se expandir e se preservar enquanto um sistema social. O que acaba por distorcer este princípio básico é o período deformante de longa duração que o salário mínimo vai atravessar de inflação empobrecedora da capacidade de compra.

A tarefa agora é aferir o quanto ele perdeu para a inflação utilizando os medidores do IGP e do IPC. O Quadro 5 apenas apresenta a variação do salário mínimo anual e em seguida no acumulado. Em 21 anos, o salário mínimo se elevou em 22,435 trilhões por cento. E, com o mesmo exemplo dos demais, 1 cruzeiro novo em 31 de dezembro de 1973 se converte em 33,08 cruzeiros novos após um ano e, finalmente, atinge 22,435 trilhões de cruzeiros novos. Se em 31 de dezembro de 1973 uma barra de chocolate tivesse o preço de 1 cruzeiro novo, ela seria vendida hipoteticamente, no mínimo, por 22,435 trilhões de cruzeiros novos se tivesse a casualidade de acompanhar o aumento dos salários. Este quadro somente desperta interesse quando comparado aos anteriores para revelar as perdas ou ganhos do salário mínimo frente à inflação. Fora disso, exprime mera evolução do preço absoluto que nada pode revelar, exceto despertar curiosidade e pasmo do observador.

QUADRO 5 – EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO: ANUAL x ACUMULADO

	Sal Mín % ano	Sal Mín % acumul		Sal Mín % ano	Sal Mín % acumul
1974	33,08	33,08	1984	191,60	53.284,62
1975	28,32	70,77	1985	260,23	192.207,69
1976	44,14	146,15	1986	34,00	257.592,31
1977	44,06	254,62	1987	347,76	1.153.746,15
1978	41,00	400,00	1988	1.022,92	12.956.630,77
1979	88,00	840,00	1989	1.849,59	252.602.464,10
1980	97,38	1.755,38	1990	1.021,25	2.832.314.002,56
1981	106,05	3.723,08	1991	375,28	13.461.538.361,54
1982	97,59	7.453,85	1992	1.143,30	167.366.967.848,72
1983	142,36	18.207,69	1993	3.492,58	6.012.820.512.720,51
1984	191,60	53.284,62	1994	273,13	22.435.637.179.387,20

FONTE: <http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>.

Elaboração do Autor

O Quadro 6 revela as perdas e ganhos acumulados do salário mínimo a cada ano até completar 21 anos. Vê-se que as perdas do salário mínimo são menores em relação ao IPC, o que mostra que os preços no atacado não migraram totalmente para o varejo, o que pioraria o que já era bastante ruim. No caso do IGP, são 15 anos vencendo o salário mínimo, contra 6 anos abaixo. No caso do IPC, o salário mínimo supera a inflação de varejo em 4 anos e perde nos demais 17 anos. A perda de poder aquisitivo é flagrante. Entretanto, os números são somente compreensíveis até 1989. Dali para adiante, o salário mínimo perde mais de 100% do seu valor, o que é impossível e absurdo. Nenhum salário pode perder mais do que o seu todo. É impossível um salário mínimo ter sido corroído em mais de 500% em 21 anos. Se isto tivesse realmente acontecido, a classe trabalhadora mais pobre, a base da pirâmide social brasileira já teria explodido em revoltas, queimado e saqueado supermercados, morrido em confrontos abertos com a polícia. Nada teria a perder por nada conseguir comprar apesar de ter se esfalfado de trabalhar. Portanto, estes dois índices não conseguem absorver na prática a inflação disseminada para

os trabalhadores mais pobres. A hipótese em alegação para esta aferição paradoxal pode estar no extenso espectro de 1 a 33 salários mínimos como metodologia investigativa. Quanto maior o salário de seu possuidor, este pode adquirir mercadorias com aumentos superiores comparado com quem mal consegue atender suas necessidades vitais. É esta a conclusão a que se chega depois de todos os cálculos. É preciso outro índice estimador para capturar a alta de preços que tanto amargurou os trabalhadores mais pobres.

O único e derradeiro índice que poderia satisfazer esta nova medição somente poderia ser o Índice de Preços ao Consumidor da Universidade de São Paulo que mapeia a faixa salarial de 2 a 6 salários mínimos desde 1939, elaborado para mensurar o custo de vida das famílias da cidade de São Paulo. Mesmo sendo mais restrito no mapeamento geográfico, é o único que resta. Os índices oficiais de responsabilidade do IBGE iniciam seu percurso avaliador a partir de 1979, fora do alcance deste estudo com começo em 1974.

QUADRO 6 – PERDAS E GANHOS ACUMULADOS DO SALÁRIO MÍNIMO

	IGP %	IPC %		IGP %	IPC %
1974	-1,10	-0,60	1984	-36,31	-7,25
1975	-1,90	-2,86	1985	-26,81	-3,77
1976	-3,40	-3,35	1986	-56,19	-26,64
1977	0,35	-2,63	1987	-79,94	-50,55
1978	0,55	-0,56	1988	-82,29	-48,34
1979	6,62	6,24	1989	-76,05	-41,49
1980	0,09	12,53	1990	-147,56	-121,80
1981	5,66	15,59	1991	-202,19	-178,09
1982	4,53	13,17	1992	-205,72	-187,98
1983	-22,75	-1,31	1993	-138,99	-136,49
1984	-36,31	-7,25	1994	-546,69	-592,17

FONTE: <http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>.

Elaboração do autor

O Quadro 7 e último vai se avizinhar o mais próximo possível do alvo a atingir que é a mensuração das perdas do salário mínimo nos 21 horrendos anos de 1974 a 1994. O IPC da Universidade de São Paulo pesquisa a faixa de 2 a 6 salários mínimos que servirá de molde para a analogia. Melhor seria se englobasse desde 1 salário mínimo. Mas, é o único que sobrou para servir como referência. Neste caso, o salário mínimo teria perdido por hipótese plausível 60,34% de seu poder aquisitivo ao longo de 21 anos. Quer dizer, o salário mínimo chegou com um valor real de somente 40% do que era em 1º janeiro de 1974. Esta cifra se aceita quase como por osmose e apenas se espera que pior não tenha sido na realidade. Agora se compreende melhor porque a inflação foi tão madrastra para os trabalhadores mais pobres. Mesmo assim é apenas um entender teórico de um estudioso que jamais experimentou as agruras do existir dos mais aflitos. Somente sabe a dor quem a sente. O Quadro 7 exhibe apenas os resultados de perdas e ganhos do IPC-FIPE frente à inflação como se espelhassem um panorama de Brasil.

QUADRO 7 – GANHOS E PERDAS ACUMULADOS DO SALÁRIO MÍNIMO FRENTE AO IPC - FIPE

	Perda/Ganho %		Perda/Ganho %
1974	0,03	1984	34,90
1975	-0,70	1985	48,06
1976	3,67	1986	18,04
1977	5,85	1987	13,15
1978	6,68	1988	28,12
1979	19,94	1989	43,90
1980	28,13	1990	-7,79
1981	38,32	1991	-26,68
1982	40,42	1992	-25,27
1983	28,87	1993	10,68
1984	34,90	1994	-60,34

FONTE: <http://www.portalbrasil.net/ipc.htm>.

Elaboração do autor

5 CAUSAS MAIS IMEDIATAS E PERIGOS DA INFLAÇÃO

Até o momento a inflação foi apenas exposta sem haver sido esmiuçada quanto à sua causa, o que não conferiria a este texto status mais aproximado de ciência. A ciência deve buscar o motivo de dado fenômeno acontecer. Então é necessário esta interpretação mesmo que ainda roce a superfície. Pela teoria econômica tradicional, enquanto origem do movimento de elevação de preços, as causas desprendem de dois fatos:

1. custos de produção;
2. demanda.

No primeiro caso, os preços aumentam em razão de custos de produção que se tornaram mais elevados. A matéria-prima, a energia, os materiais auxiliares componentes do processo de produção das mercadorias e serviços podem ter sofrido elevação por alguma razão suficiente. Os salários que adentram no preço da força de trabalho também podem exercer pressão na composição do preço final. Tais fatores são, neste primeiro estudo, os principais responsáveis pela majoração dos preços.

No caso brasileiro, no período em que ora se debruça este exame, o estompim da majoração dos preços, em fins de 1973 e início de 1974, sucedeu em virtude da alta súbita e abrupta do petróleo, na época tão violenta que foi batizada de Choque do Petróleo. Durante mais ou menos 30 anos, de fins da Segunda Guerra até 1972, consistiu etapa em que a humanidade experimentou a energia barata e farta que facilitava o processo de crescimento. Quando os países exportadores de petróleo decidem formar um cartel para defender os preços de seu mais valioso produto primário exportado, dá-se início a outro período para a economia mundial, em que esta se obriga a conviver e suportar os custos da energia fóssil e finita encarecida e em processo rápido de extinção.

O custo de produção também pode cair ou se elevar em função de sazonalidade. Na agricultura, isto se verifica muito de perto. Quando ocorre safra em ótimas condições de produção, os custos diminuem. E quando estas condições não colaboram, os custos sobem em virtude das quebras na colheita. Os gastos são os mesmos nos dois casos, porém a colheita maior ou menor leva a rateio em que o mesmo valor dispendido se reparte sobre divisor maior ou menor de produtos. Na quantidade maior colhida, o custo cai. Na menor, o custo sobe. De alguma forma a perda requer ser recuperada, para diminuir ou eliminar prejuízos dos produtores rurais, por isso o preço deve subir.

A sazonalidade atua em determinadas ocasiões em que custos defasados precisam ser repostos em época propícia, como no caso de tarifas de transporte coletivo, ajuste de mensalidades escolares, preços de planos de saúde, valor da força de trabalho vinculado ao reajuste do salário mínimo,

sucedendo em início de ano. As coleções de outono, inverno, primavera e verão da indústria têxtil obedecem à mesma disposição de periodicidade. Enfim, são estes os aspectos que mais afetam os custos em manifestação mais evidente, atuantes como um sopro que insufla os preços em determinado intervalo curto de tempo e, depois, arrefece retornando à normalidade.

A inflação de demanda constitui aspecto mais complexo de interpretar. Ela aparece quando o poder aquisitivo dos consumidores, em particular da massa trabalhadora, supera a capacidade produtiva das empresas o que permite a elevação dos preços. Isto somente acontece quando o crescimento econômico é tão robusto e persistente que está próximo de eliminar o desemprego da força de trabalho bem como dos meios de produção, matérias primas e bens intermediários. Em outras palavras, os fatores de produção estão sendo utilizados por completo e nada está ocioso. Nestas condições de pleno emprego ou à beira disso, o crédito oferecido pelos bancos aumenta ainda mais o poder aquisitivo dos trabalhadores que podem desejar mais e ter dinheiro bastante para comprar acima do que a economia pode oferecer no curto prazo. Como os investimentos demoram a maturar para eliminar esta ausência (hiato) de mercadorias ou serviços, pode surgir em dado período de elevação de preços por causa de excesso de demanda. Em realidade, não se trata de uma situação deplorável. Pelo contrário, é de franco e vigoroso progresso da economia, o problema é que a inflação não se torne exorbitante, gerando a anomalia de alta desenfreada de preços difícil de controlar.

No caso brasileiro, os períodos em que a inflação de demanda pode ter se expressado mais abertamente corresponde ao período do Plano de Metas no Governo Juscelino Kubistchek (1956-1961) em que o crescimento econômico atingiu taxas de crescimento econômico em torno de 10% ao ano contra uma população que vicejava em 3,0% ao ano. E durante o período conhecido como Milagre Brasileiro (1968-1973) que, apesar da violenta repressão sucedida contra os trabalhadores e a contenção proposital dos salários, atingiu-se a fronteira do pleno emprego e este enredo de exuberância pode ter conduzido à situação de inflação de demanda. O crescimento do PIB real chegou a 13,94% ao ano, em 1973, contra uma população que crescia 2,5% ao ano. É um forte sintoma propício à inflação de demanda.

O perigo da inflação reside em seu descontrole. Fato acontecido durante 21 anos na economia brasileira, de 1974 até 1994, e de difícil restabelecimento à normalidade. Duas décadas transcorreram para entender sua manifestação, aprender com os erros cometidos até formular um plano de estabilização coerente e eficaz. O aumento de preços requer ser absorvido pela atividade econômica. Isto somente ocorre se a elevação do consumo, aliás, das vendas, for superior ao aumento dos preços. Caso as elevações de preços se mantenham dentro deste patamar de aceitabilidade, a inflação não representa obstáculo intransponível. Pode inclusive significar um processo normal em razão da própria atividade econômica, tal e qual as máquinas produzem calor inevitável como consequência espontânea de seu funcionamento e sem qualquer dano extraordinário.

Nem sempre a inflação é apenas de demanda ou somente de custos. Surgem ocasiões em que ambas coexistem. As circunstâncias é que definem como se entrelaçam. Complexo é definir qual o peso maior se da inflação de demanda ou de custos.

CONCLUSÃO

Este texto procurou discorrer sobre a inflação brasileira enquanto fenômeno produzido pela ação concreta dos seres humanos vivendo em sociedade. Ela não é algo originário da movimentação estanque dos preços, como se não tivesse relação com nada em especial. Como se fosse uma dinâmica que agisse por si mesma livre da vontade das pessoas. Em realidade, traduz um processo social em que há uma distribuição de rendimentos, todavia do trabalho para o capital, como forma de defesa do segundo frente ao primeiro. A empresa urge ser preservada, enquanto expressão material desse capital. Os trabalhadores devem esperar. O inverso é que não seria. Há um entrechoque e, por trás dele, estão trabalhadores assalariados e empresários capitalistas, os geradores destas ações no cotidiano. Eles são os atores ou agentes econômicos. Mas, é a propriedade deste capital que admite o repasse de preços a alguns dos atores sociais participantes desse processo, os trabalhadores que, por determinado intervalo de tempo, não defrontam meios como dele se defender. Passado certo tempo, as perdas requerem ser corrigidas para que o próprio circuito de produção/consumo, consumo/produção aceite solução de continuidade e não se inviabilize, fazendo com que o sistema enverede para o colapso. O capital requisita se manter vivo mediante a sustentação do trabalho, embora não tenham sido exploradas aqui outras contradições que possam interferir nesta dinâmica e que demonstrem se o trabalho se mantém intacto neste conflito social, ou sofre baixas, como numa batalha, em que vem a se enfraquecer e no extremo perecer. A outra suposição é que nada sucede. Não existem prejuízos de parte alguma, exceto temporário, enquanto não há o reajuste das perdas. O circuito produção/consumo consegue funcionar sem vítimas e permanentemente estável, intacto e em equilíbrio, pelo menos superficialmente. Não cabe esta investigação agora, mas apenas destacar estes pontos mais salientes, de maior visibilidade, instigante de novos estudos.

Foi colocada como exemplo mais cabal os anos terríveis da inflação brasileira de 1974 a 1994 para denotar as perdas do salário mínimo, enquanto base dos rendimentos do trabalho, e da importância que assumia o controle da estabilização dos preços a fim de que o sistema capitalista brasileiro não implodisse pela ausência de perspectiva, sem conseguir se reproduzir, que dirá programar futura ampliação. E não foram apenas as perdas que insurgiram contra o salário mínimo, mas inclusive a dificuldade de aferi-las mais ao certo, tão aloprado e problemático foi o período.

De resto, a economia brasileira sofreu ao longo do tempo bem mais com a inflação de custo do que com a de demanda. Quanto às causas sociais mais profundas capazes de conduzir ao processo inflacionário brasileiro no período estudado não constituíram objeto de inquirição, embora algumas portas neste sentido devam ter sido entreabertas à pesquisas vindouras.

REFERÊNCIAS

- IPC – DI – FGV. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/ipc_di.htm>. Acesso em: 07. abr. 2011.
- IGP – DI – FGV. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/igp_seriehistorica>. Acesso em: 09. abr. 2011.
- IPC – FIPE. Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/ipc.htm> >. Acesso em: 10. abr. 2011.
- Salário Mínimo. Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>>. Acesso em: 10. abr. 2011.
- MONTORO FILHO, A et al. **Manual de economia dos professores da USP**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- MARX, K. **O capital**. (Coleção Os Economistas) Volume 1, Tomo 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- SILVEIRA FILHO, J. **Aquarela do Brasil: do café a FHC**. Curitiba: Edição do Autor, 2011. (no prelo).